



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

**SECRETARIA:** Secretaria de Transportes Metropolitanos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 227/2016**


1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia do Metropolitano de São Paulo, número SIC em epígrafe, solicitando acesso à íntegra do contrato nº 41075213, assinado em 12 de julho de 2016.
2. Em resposta, o Metrô informou que o contrato poderia ser acessado presencialmente, mediante agendamento. Em recurso hierárquico, a empresa reiterou seu posicionamento. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. O expediente em apreço não trata propriamente de negativa de informação, mas antes de controvérsia quanto à forma de acesso a contrato celebrado pela Companhia. Enquanto a empresa disponibilizou consulta presencial, autorizando a reprodução mediante reposição dos custos, o interessado insiste na disponibilização eletrônica.
4. Sempre que a informação não estiver disponível em formato digital, é possível a disponibilização do documento para consulta presencial, conforme hipótese prevista expressamente no artigo 11, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527/2011. Por outro lado, caso a informação esteja armazenada digitalmente, deverá ser fornecida nesse formato, sempre que assim solicitar o interessado, como prevê o §5º do mesmo dispositivo.
5. No caso em tela, o Metrô não se pronunciou quanto à existência ou não do contrato em formato digital. No entanto, deve-se consignar que a legislação estadual vigente contém previsão específica para os contratos, convênios e demais instrumentos de natureza obrigacional celebrados no âmbito da Administração direta e indireta do Estado. Trata-se do Decreto nº 61.476, de 03 de setembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 61.897, de 31 de março de 2016, cujo parágrafo único do artigo 2º determina que “o arquivo digital do ajuste celebrado, gravado em formato PDF, deverá, simultaneamente à solicitação de publicação do respectivo extrato, ser indexado no mesmo sistema eletrônico mantido pela Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. De acordo com essa regra, portanto, a publicação do extrato de contratos no Diário Oficial pressupõe a disponibilização de sua íntegra em formato digital. Cuida-se de medida de transparência ativa, vigente desde abril do ano corrente, que veio aprofundar a cultura da transparência no âmbito da administração pública estadual.
7. Nesse contexto, considerando que o contrato solicitado foi celebrado em julho, já na vigência da nova norma, existe obrigação jurídica de disponibilização ativa da informação em formato eletrônico, razão pela qual o ente demandado não pode se eximir do fornecimento direto da íntegra do acordo, conforme prevê o artigo 11, §5º, da Lei nº 12.527/2011.
8. Ante o exposto, **conheço do recurso** para, no mérito, **dar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §5º da Lei nº 12.527/2011, bem como no parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 61.476/2015, alterado pelo Decreto nº 61.897/2016, devendo a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de agosto de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO